MINUTA

Versão de 28 de novembro de 2013

Brasília, 05 de dezembro de 2012.

E.M. nº XXX-2013/CONSEA

Observação: Nesta minuta de exposição de motivos constam sugestões da CAISAN e de conselheiros/as da sociedade civil que compuseram o grupo de trabalho preparatório desta plenária. As sugestões ainda não incorporadas ao documento estão destacadas em itálico e entre colchetes.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), reunido em plenária no dia 05 de dezembro de 2013, analisou e discutiu propostas para uma política nacional de cooperação internacional, no campo da segurança alimentar e nutricional.

Com efeito, nos últimos anos o Brasil tem-se firmado internacionalmente como prestador de cooperação, em suas múltiplas vertentes. Números oficiais, divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), apontam para seu expressivo crescimento entre os anos de 2005 a 2010, alcançando o patamar de R\$ 1,7 bilhão em 2010. O crescimento econômico, a consolidação da democracia e os avanços obtidos no campo da inclusão social são alguns dos fatores que impulsionam a expansão da atuação brasileira. O dinamismo da política externa [*Sugestão da CAISAN não incorporadas no documento: inserir: alicerçada numa priorização das relações Sul-Sul e no fortalecimento do multilateralismo*] é outro elemento central desse recente protagonismo além da necessidade de abrir novos mercados, de buscar oportunidades de investimento para a indústria nacional e de obter maior influência em fóruns internacionais. Este conjunto de elementos contribui para afirmar o país como importante ator global. Neste contexto, a intensificação da cooperação subsidia a política externa, ajudando a consolidar as relações multilaterais e bilaterais e a reforçar blocos de países, especialmente do Sul, que buscam um novo equilíbrio das relações de poder no cenário internacional, como no caso do G20 (grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Européia) Comércio, IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) e BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Ressaltamos o marco constitucional da cooperação empreendida pelo governo federal, que se ancora no artigo 4º da Constituição Federal de 1988, segundo o qual o país rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Integram a cooperação brasileira ações nos campos: humanitário; técnico; científico; tecnológico; econômico, financeiro, educacional e cultural; de manutenção da paz e de contribuições a organismos internacionais.

As ações de cooperação internacional, horizontal (Sul-Sul), devem pautar-se pelos princípios estabelecidos no referido artigo 4º da Constituição Federal, cujos primeiros incisos prevêm o respeito à independência nacional e a prevalência dos direitos humanos, conceitos que o Brasil compartilha com outros países em desenvolvimento, com o objetivo de colaborar na promoção do progresso socioeconômico, cultural e institucional de outros povos. São também princípios norteadores da cooperação o de *[Sugestão da CAISAN inserir: origem da cooperação sob demanda do país parceiro]* respeito à soberania, da não intervenção em assuntos internos de outras nações, da solidariedade, *[da ausência de interesses comerciais]* e da não-condicionalidade.

Nesses termos, o compromisso do governo federal deve ser o de conceber, de forma conjunta com os países parceiros, iniciativas ancoradas no desenvolvimento efetivo de capacidades locais, abordagem que fortalece o exercício da apropriação e potencializa a autoestima dos beneficiários diretos dos programas, dos projetos e das ações. *[Sugestão CAISAN: excluir esse parágrafo]*

A cooperação humanitária deve pautar-se também pela associação das ações emergenciais com ações estruturantes de médio e longo prazo, que no campo da segurança alimentar e nutricional privilegiem:

- as compras locais de alimentos para assistência alimentar humanitária, principalmente aqueles produzidos localmente por agricultores de base familiar;
- ações de resposta que prevejam a rápida recuperação socioeconômica e ambiental do país ou região afetada pelos desastres socioambientais, valendo-se para isso de parcerias com atores locais e internacionais;
- a participação da sociedade civil na elaboração, na execução e no controle social dos projetos, por meio de iniciativas como o Sistema de Gestão, Monitoramento e Avaliação das Ações Humanitárias Brasileiras (SIGMA), em fase de construção;
- a implementação de ações humanitárias pós-emergenciais para que os países e suas populações se tornem capazes de superar suas vulnerabilidades de longo prazo.
- o fortalecimento da participação do Brasil nas instâncias multilaterais de coordenação e resposta humanitária no mundo.

No que se refere mais especificamente ao campo da segurança alimentar e nutricional, o Brasil tem-se destacado, especialmente a partir da atuação internacional liderada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, desde 2003, para a eliminação da fome, com base na experiência do “Fome Zero”. Diversas iniciativas, de caráter regional e global, contribuíram para a difusão de compromissos políticos para a promoção de políticas e programas de segurança alimentar e nutricional, podendo-se mencionar:

- a) o Fundo IBAS de combate à fome, uma parceria Índia, Brasil, África do Sul e PNUD;

- b) o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC), resultante de acordo entre Brasil e PNUD;
- c) a iniciativa América Latina e Caribe sem Fome impulsionada pelo Brasil e pela FAO;
- d) a visita ao Brasil do Relator Especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, Olivier de Schutter (o Brasil é um dos poucos países do mundo aberto a visitas de relatores de direitos humanos da ONU);
- e) *[Sugestão da CAISAN, inserir: A Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), realizada em Porto Alegre em 2006, por iniciativa do Governo Brasileiro, em parceria com a FAO.]*
- f) o Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, que reúne o Brasil, países africanos, agências da ONU, como o PMA (Programa Mundial de Alimentação), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), e bancos de desenvolvimento (Banco Mundial e Banco Africano para o Desenvolvimento);
- g) o Centro de Excelência contra a Fome, criado mediante acordo entre Brasil e PMA;
- h) a reforma do Comitê das Nações Unidas para a Segurança Alimentar Mundial (CSA) para a qual muito contribuiu a experiência do CONSEA;
- i) a criação da Estratégia e do Conselho de Segurança Alimentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), também espelhada no exemplo brasileiro;
- j) o lançamento, na Rio+20, no Rio de Janeiro, do “Desafio Fome Zero” pelo Diretor-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon; e,
- k) a eleição do brasileiro José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO, com plataforma de reforço da segurança alimentar e nutricional na cooperação Sul-Sul e na cooperação triangular.

[Sugestão: é importante problematizar essa lista de iniciativas avaliando seus impactos positivos e negativos]

No âmbito da sociedade civil, mencionem-se iniciativas globais promovidas por organizações não governamentais que visibilizaram o tema: a Campanha CRESÇA, da Oxfam; a Campanha HungerFree, da ActionAid; e o Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição da Food First Action Network (FIAN). Mencionam-se também, em âmbitos regionais, a criação da Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP (RedSAN-CPLP); a Articulação dos Movimentos Sociais da Aliança Bolivariana das Américas (ALBA), da qual participam movimentos brasileiros, e que tem a soberania alimentar e nutricional como eixo prioritário e, mais recentemente, a criação da Aliança para a Soberania Alimentar para a América Latina e o Caribe.

[Sugestão da CAISAN: Inserir: O Brasil tem promovido em diferentes temas e espaços institucionais internacionais iniciativas de diálogo entre organizações da sociedade civil, e, também, destas com representantes de governos sobre as políticas de segurança alimentar e nutricional e dirigidas à agricultura familiar, de forma complementar à cooperação técnica e como meio para aproximação de posições nos fóruns internacionais.]

Destaque especial deve ser dado à cooperação no campo da participação social, por meio do patrocínio de visitas de grande número de delegações estrangeiras para

acompanhar as plenárias, conferências e outras atividades promovidas pelo CONSEA, bem como viagens de conselheiros brasileiros a outros países. Essas iniciativas não esgotam os exemplos, mas ilustram a importância do tema no cenário internacional e o papel central do Brasil na sua promoção.

Em decorrência desses relevantes movimentos globais e regionais em torno da segurança alimentar e nutricional, várias iniciativas concretas de cooperação brasileira lideradas pelo governo federal estão em curso e ilustram esses avanços. Esse é o caso, por exemplo:

a) dos projetos “**PAA África**” (“**Purchase from Africans for África**”) e “**Lèt Agogo**” na cooperação humanitária. O primeiro refere-se a projeto celebrado entre o Governo brasileiro (CGFOME/MRE), cinco países da África – Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal –, o PMA, a FAO e o DFID (agência de desenvolvimento do Reino Unido). com o objetivo central de promover programas de compras locais de alimentos, por meio do fortalecimento de agricultores familiares, para assistência alimentar, especialmente de alunos de escolas públicas. Já o segundo projeto visa apoiar, no Haiti, estratégia de compras locais de leite para doar para a alimentação escolar, envolvendo pequenos produtores organizados em associações.

b) do projeto de “**Fortalecimento dos programas de alimentação escolar no marco da iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome 2025**” no campo da cooperação técnica. Esse projeto envolve o Brasil, por intermédio do FNDE/MEC, a FAO e oito países da região: Bolívia, Colômbia, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, Peru, Paraguai e Honduras;

[Sugestão da CAISAN: inserir: c) do Programa Mais Alimentos Internacional na cooperação técnica que abrange cinco países da África - Moçambique, Zimbábue, Senegal, Gana, Quênia - além de Cuba. A iniciativa abrange cooperação em políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar e comunidades tradicionais, capacitação e estruturação de políticas e sistemas de extensão rural e apoio para a mecanização.]

c) do projeto de Apoio às Estratégias Nacionais e Subregionais de Segurança Alimentar e Nutricional e de Superação da Pobreza na América Latina e Caribe, iniciativa do MDS com a FAO-Chile para apoiar 10 países da região;

d) da parceria entre Brasil e Moçambique, na área de cooperação técnica bilateral, para o compartilhamento de experiências sobre **Banco de Leite Humano e Centros de Lactação**, iniciativas centrais para combater a desnutrição e a mortalidade infantil;

e) a iniciativa voltada para a integração regional, a **Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF)**, do MERCOSUL visa a fortalecer as políticas públicas para a agricultura familiar do Bloco, bem como promover e facilitar o comércio da produção de base familiar, a partir dos princípios da solidariedade e da complementaridade, buscando a redução das assimetrias e o desenvolvimento da Região. A REAF se diferencia ainda pela participação institucionalizada dos movimentos sociais do campo dos diversos países que integram o MERCOSUL.

*[Sugestão da CAISAN: substituir último parágrafo sobre REAF por este: da **Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF)**, do MERCOSUL. Tal iniciativa — que envolve atividades de cooperação técnica, científica e tecnológica e doações a organismos internacionais, ao Fundo da Agricultura Familiar do MERCOSUL — foi constituída em 2003 com a participação institucionalizada de movimentos sociais do*

campo e tem gerado resultados concretos nos diversos países do bloco no que tange a políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. Além da participação de países associados como Chile, Equador, Bolívia, a REAF também realizou intercâmbios com outros blocos e regiões, como é o caso do Sistema de Integração Centro-americana (SICA), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), e da CPLP.]

Note-se, ainda, que o tema da cooperação Sul-Sul (horizontal), no campo da segurança alimentar e nutricional vem sendo objeto de debates de dois espaços relevantes de participação na estrutura federal, isto é, este Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), por meio de sua Comissão Permanente de Macrodesafios Nacionais e Internacionais, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) através da sua Comissão Permanente de Assuntos Internacionais (CPAI). Ambos os espaços vêm discutindo conjuntamente projetos e ações que dizem respeito a temas tais como: REAF, Comitê Mundial de Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas (CSA/ONU), agricultura familiar no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), projetos como o ProSavana, o PAA África e o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF 2014).

Apesar desses indiscutíveis avanços, a cooperação brasileira, tanto a geral quanto a especificamente voltada para a segurança alimentar e nutricional, correm riscos a médio e longo prazos se alguns desafios que desde já se vislumbram não forem enfrentados a contento. A seguir, listam-se alguns destes gargalos.

a) Institucionalidade frágil

No âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME), instâncias administrativas relevantes da governança brasileira no campo da cooperação, vêm buscando profissionalizar e aprimorar sua atuação, mas enfrentam dificuldades devido à falta de instrumentos adequados e à inexistência de um marco legal que possibilite o desenho, a coordenação e a implementação de uma efetiva estratégia de cooperação brasileira para o desenvolvimento. Além do MRE, dezenas de instituições federais desenvolvem ações de cooperação, nem sempre de forma articulada e integrada. Soma-se, ainda, a cooperação praticada por vários entes subnacionais, sobre a qual se tem pouca informação. O papel de destaque já assumido pelo Brasil no cenário internacional, especialmente buscando imprimir novos valores e práticas nas políticas de cooperação, requer o aprimoramento da institucionalidade, ancorada em marco legal apropriado capaz de dar sustentação a este protagonismo de forma estratégica, coordenada e com recursos, humanos e financeiros, apropriados.

b) Recursos ainda pouco expressivos

Conforme observado anteriormente, os recursos federais alocados à cooperação como um todo vêm crescendo nos últimos anos, mas ainda equivalem a percentuais muito pequenos se comparados ao PIB nacional: cerca de 0,04% (confirmar). Note-se, contudo, que os orçamentos destinados à Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) bem como à CGFOME/MRE têm apresentado cortes expressivos desde 2010. *[Sugestão da CAISAN: Inserir: Parcialmente em decorrência destes cortes, e por iniciativa dos próprios ministérios que tiveram de buscar formas alternativas de atender demandas crescentes dos países cooperantes, nota-se em paralelo um aumento*

de recursos oriundos dos orçamentos do MDS, MDA, MAPA (Conab) e MEC/FNDE alocados na cooperação, tanto em ações diretas como na cooperação com organismos internacionais, tais como a FAO.] Ainda há espaço para crescimento de recursos voltados para a cooperação internacional de maneira geral, pois existe capacidade de expansão estratégica das ações de cooperação em resposta ao adensamento das relações bilaterais e multilaterais.

c) Fronteira tênue entre o sentido público e os interesses privados

O apoio do Estado brasileiro a agentes econômicos privados e a relação com as ações de cooperação internacional para o desenvolvimento poderão se tornar um tema sensível para a cooperação brasileira. Mas as relações entre o Brasil e os países latino-americanos, africanos e asiáticos nos anos recentes ilustram a relação entre a política de cooperação, a intensificação das relações comerciais, o investimento de empresas brasileiras e o apoio político ou creditício do Estado à iniciativa privada, em especial nas áreas de mineração, infraestrutura e agronegócio. A cooperação do Estado brasileiro não deve se coadunar com violações de direitos humanos, incluindo os ambientais, promovidas por agentes privados. Neste contexto, não é possível julgar a eficácia da cooperação do Brasil sem aquilatar a coerência do uso de recursos públicos para apoio a iniciativas privadas controversas. Críticas também vêm sendo feitas por organizações e movimentos sociais nacionais quanto a falta de resultados da cooperação desenvolvida por meio da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) que reforça a aparente exaustão desta forma de cooperação.

[Sugestão da CAISAN: excluir a referência ao caso do Haiti]

[Sugestão do MDA de nova redação para o parágrafo: c) Necessidade de adequar a política brasileira de promoção comercial com os objetivos da diplomacia solidária

A cooperação técnica e humanitária, objeto desta EM, e a cooperação política e comercial em múltiplos casos agem sobre os mesmos atores e instituições nos países parceiros. Por este motivo, à medida que crescem as relações políticas, econômicas e de cooperação do Brasil com países em desenvolvimento, o princípio orientador da cooperação internacional de não vincular a cooperação internacional a interesses econômicos está se tornando um tema sensível para a cooperação brasileira, o que torna necessário um aprofundamento do debate sobre este tema complexo.

As relações entre o Brasil e os países latino-americanos, africanos e asiáticos nos anos recentes ilustram a integração entre a política de cooperação, a intensificação das relações comerciais e o investimento de empresas brasileiras, em especial nas áreas de mineração, infraestrutura e agronegócio. Há um risco sério de aumento do descompasso entre a narrativa oficial de uma cooperação solidária e as graves violações de direitos humanos, incluindo os ambientais, promovidas por transnacionais brasileiras em países com os quais o Brasil coopera. Essas empresas são agraciadas com expressivos subsídios públicos brasileiros, integrando-as, portanto, à política externa brasileira. Neste contexto, não é possível julgar a eficácia da cooperação do Brasil sem aquilatar a coerência entre essas diversas frentes.

Os discursos presidenciais desde 2003 repetidas vezes enfatizam alguns princípios que devem orientar os investimentos das empresas brasileiras, ainda que não sejam regulados por lei, dentre eles: i) a necessidade de que os investimentos das empresas

brasileiras no exterior sejam produtivos (por oposição a meramente especulativos ou rentistas), ii) comprem bens de capital local, iii) empreguem mão de obra local, iv) sejam socialmente e ambientalmente sustentáveis.

Investimentos estrangeiros de empresas brasileiras não vão deixar de existir, a questão é como fazer com que eles não sejam sinônimos de violações de direitos humanos. Por outro lado, vale mencionar que podem ocorrer sinergias positivas entre cooperação e investimentos privados, por exemplo centros de capacitação do SENAI que formam trabalhadores contratados por empresas brasileiras.]

d) Promoção de distintos e antagônicos modelos de desenvolvimento existentes no Brasil

[Sugestão da CAISAN: substituir título: d) Necessidade de definir uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar dos países parceiros frente ao fenômeno mundial de concentração da propriedade fundiária movida pelo agronegócio transnacional]

No Brasil, são históricos os conflitos gerados pela predominância do apoio público ao modelo de monocultivo exportador, que promoveu intensa concentração fundiária e uso intensivo de agrotóxicos, em detrimento da agricultura familiar e camponesa, a principal responsável pelo emprego no campo e produtora da maior parte dos alimentos consumidos no país. O histórico peso político e econômico que tem o agronegócio na política interna e externa também está se refletindo na cooperação internacional. O exemplo mais emblemático é o do ProSavana, projeto de cooperação técnica trilateral, celebrado entre o Brasil, o Japão e Moçambique, que visa a promover o desenvolvimento rural do Corredor de Nacala, região norte de Moçambique. Tal iniciativa, voltada essencialmente para a consolidação e expansão do agronegócio destinado à exportação, tem recebido severas críticas dos movimentos sociais do campo. As organizações que representam os camponeses de Moçambique avaliam que o modelo a ser implantado resultará em massivos reassentamentos e expulsão de suas terras e, portanto, em um aumento ainda maior da insegurança alimentar no país. A terra em Moçambique é pública e os camponeses têm o direito de uso; porém, a maioria não possui documentação e teme perder suas terras diante da oferta de concessão que tem sido feita aos investidores. A principal demanda das organizações que representam os camponeses é por informações e pelo direito a serem consultados. Os pequenos agricultores demandam também que, ao invés de grandes projetos empresariais com investidores estrangeiros, a cooperação brasileira fortaleça a implementação de políticas públicas e programas conquistados pelos movimentos sociais do campo no Brasil que apoiam a agricultura familiar e camponesa, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica (PNAPO).

[Sugestão da CAISAN de acréscimo:

Para isto se concretizar, é preciso encontrar formas de fortalecimento das organizações do campo dos países parceiros que não sejam consideradas como violação de soberania ou intromissão nos assuntos internos destes países pelos seus governos.

Um exemplo de promoção da participação social que até agora não tem sido visto como interferência nos assuntos internos pelos países cooperantes é o Projeto FAO-

RLC/MDA de “Fortalecimento da sociedade civil em temas de AF e acesso aos recursos naturais renováveis” nos países da América Latina e Caribe. Este projeto tem permitido, dentre outras atividades, financiar a participação da sociedade civil nas reuniões da REAF/MERCOSUL, bem como de movimentos do campo de países parceiros da REAF, tais como da América Central ou do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN –CPLP). No caso moçambicano, espaços tais como o CONSAN-CPLP são estratégicos para se consolidar interfaces governo/sociedade civil legitimadas pelos Estados membros, em que os movimentos sociais dos países parceiros poderão ser gradualmente fortalecidos ao longo do tempo, como tem demonstrado a experiência de 10 anos consecutivos da REAF nos países do Cone Sul.]

e) Insuficiente transparência

Apesar dos esforços recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da ABC e da CGFOME em divulgar dados sobre a atuação do Brasil no campo da cooperação internacional, as informações ainda são insuficientes para possibilitar um efetivo controle social. Sabe-se muito pouco sobre quais ações são empreendidas, que organizações e países parceiros estão envolvidos, qual o volume de recursos alocados, como acontece a execução, quem são os beneficiários e quais são os resultados e impactos dessas parcerias.

f) Déficit de participação social

Ainda que existam algumas iniciativas de envolvimento da sociedade civil brasileira em atividades de cooperação, especialmente na área da cooperação humanitária, em geral, a cooperação brasileira não prevê a participação social nem nas etapas do desenho, da implantação, do monitoramento e ou da avaliação das ações. Assim, não há, até o momento, qualquer apropriação democrática das práticas de cooperação do Brasil para o fortalecimento do desenvolvimento internacional.

Pelas razões expostas acima, este Conselho propõe as seguintes recomendações para a consolidação de uma política nacional de cooperação para o desenvolvimento, em especial, no campo da segurança alimentar e nutricional:

- 1) **Consolidar institucionalidade** que permita ao Brasil cumprir seus preceitos constitucionais no campo da cooperação e, ao mesmo tempo, desempenhar seu novo papel como ator estratégico regional e global nessa área. Tal institucionalidade demanda a elaboração e implementação de novo marco legal; o desenho de política nacional de cooperação para o desenvolvimento com a criação de instâncias legais e institucionais para a participação social; a criação de institucionalidade e procedimentos administrativos adequados; e, a alocação de recursos orçamentários suficientes. Demanda, ainda, mecanismos de proteção e exigibilidade dos direitos humanos, particularmente do direito humano à alimentação adequada por meio do empoderamento da sociedade civil brasileira e dos países parceiros para que reivindiquem seus direitos junto aos seus governantes, principalmente o de participar adequadamente da formulação, execução, monitoramento e avaliação de todas as políticas públicas, inclusive aquelas voltadas à cooperação internacional.
- 2) **Promover maior transparência** da cooperação. O Brasil tem avançado no campo da transparência em geral, como, por exemplo, por meio da aprovação e regulamentação da Lei de Acesso à Informação (Lei N° 12.527/2011) e de sua

liderança na iniciativa internacional Parceria para Governos Abertos (*Open Government Partnership – OGP*). Recomenda-se que esse mesmo esforço seja estendido ao campo da cooperação, de modo que os cidadãos e as cidadãs, do Brasil e demais interessados, possam acompanhar a atuação do Governo Federal nessa área e, assim, exercer seu direito à participação e controle social.

- 3) **Assegurar efetiva participação social** no desenho, na implementação e no monitoramento das ações de cooperação. Para tal, o CONSEA apoia a criação de um Conselho Nacional de Política Externa. Tal conselho contaria com instância especificamente dedicada à cooperação internacional. A institucionalização da participação nessa área contribuirá para evitar que o país propague seus conflitos internos, uma vez que os mesmos serão processados em instância plural na qual o Governo exercerá seu papel de mediador. *[Sugestão da CAISAN: substituir última frase por: A institucionalização da participação nessa área contribuirá para uma política de cooperação internacional mais coerente e estratégica na qual o governo e a sociedade civil poderão canalizar as prioridades de forma mais eficaz para a promoção da segurança alimentar com base na agricultura familiar, tornando esta menos vulnerável ao capital financeiro e ao agronegócio transnacional.]* Recomenda-se, ainda, que no campo da cooperação internacional, a participação social se estenda aos povos dos países parceiros para que sejam protagonistas das ações realizadas conjuntamente. Entende-se que o marco adequado para o monitoramento participativo das ações seja o dos direitos humanos e, no nosso caso, o do direito humano à alimentação. A adoção de tal marco não somente possibilita a utilização de instrumentos concretos de avaliação de estratégias que visam ao desenvolvimento, como aprimora a efetividade dessas estratégias, uma vez que leva os parceiros da cooperação a melhor avaliar os impactos de suas ações, especialmente sobre os mais vulneráveis.

Respeitosamente,

Maria Emília Lisboa Pacheco
Presidenta do CONSEA